



Bastonário dos dentistas. “As pessoas não querem saber se a saúde vem do público, privado ou social”

Orlando Monteiro da Silva recebeu o título de doutor honoris causa pelo seu percurso. Defende que crise do SNS impõe soluções inovadoras

MARTA F. REIS (Texto)

marta.reis@ionline.pt

RODRIGO CABRITA (Fotos)

rodrigo.cabrira@ionline.pt

Orlando Monteiro da Silva, à frente da Ordem dos Médicos Dentistas, foi o mais jovem bastonário eleito no país e é neste momento o que está há mais tempo em funções. O percurso, que inclui a liderança da Federação Dentária Internacional e do Conselho Nacional de Ordens Profissionais, valeu-lhe no início deste ano o doutoramento *honoris causa* pela Universidade do Porto. Discreto no meio da crise que tem agitado o sector da saúde, avisa que o SNS corre o risco de se tornar cada vez mais assistencialista e denuncia vazios de regulação que estão a permitir que os portugueses sejam enganados por negócios oportunistas.

A medicina dentária nunca teve uma resposta suficiente por parte dos prestadores públicos. Isso fá-lo olhar de forma diferente para os efeitos da crise no SNS?

Quando assumi funções como bastonário, os responsáveis do PS e PSD foram taxativos sobre a impossibilidade de os médicos dentistas integrarem o SNS. Não havia capacidade financeira ou logística. Com esta resposta política começámos a trabalhar em alternativas e foi nessa linha que surgiu o programa do cheque-dentista. Penso que a crise de financiamento do SNS não pode ser vista de forma isolada, mas acho que o sistema ganhava em estar aberto a soluções inovadoras, que garantam o acesso da população a cuidados atempados e de qualidade.

Cheques para outras especialidades?

É óbvio. Se há uma capacidade crescente e de qualidade instalada no sector privado, cabe ao Estado integrá-la para uma melhor resposta aos cidadãos. Os princípios do SNS, de universalidade e equidade, não são postos em causa se houver convenções e acordos bem estruturados, que garantam concorrência, qualidade e o melhor preço. Esta discussão não pode ser ideológica, tem de ser pragmática. Não podemos ter um SNS assente em prestadores públicos só porque queremos ter um SNS organizado em carreiras. Se não arriscamos que o impacto do subfinanciamento destes prestadores o ponha em causa na sua universalidade e equidade, o que já se vê na existência continuada de listas de espera e no desinteresse crescente de alguma classe média, ainda que atenuado durante a crise.

Acha que com a recuperação económica esse desinteresse se vai notar mais?

Vai. As pessoas vão ter maior poder aquisitivo, a oferta no privado vai-se refinando na qualidade e na quantidade e o SNS não vai estar à altura do desafio. E não estar à altura em termos de qualidade vai gerar um problema político ao nível do seu financiamento. A generalidade da população não vai ter interesse em financiar um sistema que não lhe serve. Se não formos capazes de integrar o sector privado e social como forma de melhorar a resposta, vamos ter um SNS cada vez mais assistencialista e para quem não tem alternativa, e isso é que não garante os princípios da Constituição. Sou defensor dos princípios do SNS mas num paradigma de mudança em que a oferta privada é vista como um verdadeiro parceiro em favor do interesse público e cuidados no timing exacto e pelo mais baixo custo.

“Se não formos capazes de integrar o sector privado, vamos ter um SNS cada vez mais assistencialista e para quem não tem alternativa”

“Nunca vi um debate sério sobre saúde no hemiciclo. Tudo é alvo da mais elementar demagogia política”

“Apesar da proliferação de entidades, há vazio de regulação”

Aliás, é isso que defende a Organização Mundial de Saúde e que têm outros países com os mesmos princípios constitucionais de acesso à saúde.

Não sendo uma ideia nova, sente que está mais perto de se concretizar?

Se não tivesse acontecido a crise, se não tivéssemos ido à falência, estou convencido de que pouco teria mudado e teríamos continuado numa escalada impossível sem que se discutisse. A crise foi uma oportunidade na saúde e é uma oportunidade para prestar um melhor serviço à população, que não quer saber se a saúde vem do sector público, privado ou social. As pessoas querem ser bem atendidas em função dos impostos que pagam.

Essa maior abrangência do SNS deveria ser referendada?

Não tenho a certeza que se possa. Mas há duas coisas de que tenho a certeza: a saú-

de é a principal preocupação dos portugueses e esse referendo diria muito mais às pessoas do que este que se quer fazer.

Diz que as pessoas querem qualidade. Hoje existe uma avaliação rigorosa dos prestadores em actividade?

Não. Primeiro porque há pelo menos cinco entidades que avaliam qualidade: as ordens, a Entidade Reguladora da Saúde, a Administração Central do Sistema de Saúde, o Instituto Português da Qualidade e a Direcção-Geral da Saúde. Depois, todas querem avocar a competência última sobre a qualidade para si e acabam por produzir abordagens sectoriais.

Falaram-me do desabafo de um médico dentista que dizia que com os preços pagos hoje pelas consultas através dos seguros particulares tratava pior esses doentes. Tem esta noção?

A crise ajudou a que se instalasse uma concorrência desleal e não existe a menor regulação disso. Dito isto, os médicos não podem tratar pior os doentes em virtude dos seguros e convenções a que se associam. Compreendo que haja dificuldades, mas será um caso isolado.

Em 2010 a Ordem fez uma queixa de dumping no sector. Que resultado teve?

Nenhum. Por incrível que pareça, apesar da proliferação de entidades, temos vazios de regulação muito impor-

taantes na área da saúde e dos seguros. Mais que segurança, hoje em dia há o cúmulo de estar a enganar os doentes às claras. Na medicina dentária estão a vender-se planos de saúde como se fossem seguros mas em que não há a mínima cobertura ou até mais-valia. As pessoas pagam 10 a 15 euros por mês para ter acesso ilimitado a um conjunto de actos, alguns promovidos como gratuitos, como extracções dentárias. Mas depois se é preciso usar uma broca o doente já tem de pagar 80 euros, gastando mais do que se fizesse uma consulta normal. É um embuste.

Como se distingue seguro de plano?

Alguém acredita que se pode ter um seguro dentário por 6 euros por mês?

Se está à venda e as clínicas aderentes estão abertas, à partida acredita-se.

Pois, a questão é que ninguém regula. Já o expusemos à ERS, ao Instituto Portu-

guês de Seguros, ao Instituto do Consumidor e à Autoridade da Concorrência. Todos sacudiram a água do capote. Dizem-nos que são planos de saúde e não seguros, mas mesmo em matéria de seguros o controlo é residual.

Vêm-se ofertas de medicina dentária em sites de descontos. É aceitável?

Hoje temos publicidade enganosa, comparativa e desregulada, tudo resultado do mesmo problema de falta de escrutínio. É lamentável que se ofereçam pacotes de tratamento usando a crise económica para explorar a fraqueza dos profissionais e a vulnerabilidade e falta de conhecimento dos doentes. Isto para não dizer que esses sites ficam com mais de 60% do negócio. Assistimos a uma situação em Portugal em que, resultado da má regulação, os grandes grupos económicos estão a tomar conta por via diversas dos vários sectores e particularmente da medicina. E depois a partidarite é um erro brutal na saúde porque adia actuações sobre este tipo de problemas.

A partidarite agravou com a crise?

Piorou, na medida em que a crise pôs no centro do debate político os sectores sociais. Existe um grande consenso em torno do SNS, mas há uma grande diferença nas posições dos interlocutores políticos em contactos privados e públicos. Em privado, há consenso nas ideias de pragmatismo, transversalidade e necessidade de sustentabilidade. Na esfera pública tudo é alvo da mais elementar demagogia política.

O parlamento não serve para o debate?

Não. Nunca vi um debate sério sobre algum aspecto relevante em termos de saúde no hemiciclo, ainda que em sede de comissão parlamentar se note que há deputados mais bem informados que há dez anos. Uns dizem que é preciso pagar tudo a toda a gente quando estão na oposição e quando chegam ao governo afinal já não dá e vice-versa. Esta sim, é a espiral que vai afundar o SNS se não se tomarem as medidas necessárias. Penso que era fulcral estar regulado o Conselho Nacional para a Saúde, previsto na lei de bases e orgânica do ministério, para ser possível sentar toda a gente longe destas pulsões e chegar a consensos no que é importante.

É o caso da discussão de quanto a sociedade está disposta a pagar pelo SNS?

Passa-se o tempo a discutir um princípio geral hipócrita de que temos de pagar tudo a todos e depois há uns casos mais mediáticos que mostram que não é assim. Acho que era muito salutar a nossa sociedade discutir o que está disposta a pagar para



O BASTONÁRIO MAIS NOVO

Orlando Monteiro da Silva foi eleito bastonário dos médicos dentistas em 2000. Na altura, com 46 anos, foi o mais novo de sempre. Vai no quarto mandato e está à frente do Conselho Nacional de Ordens Profissionais

contactei, um conhecedor pormenorizado dos dossiês e um negociador difícil. **E deixará o SNS mais forte, como disse na última audição no parlamento?**

Julgo que consegui identificar pontos críticos, como as dívidas, o desperdício e a fraude, e obtive resultados notáveis em áreas como a do medicamento. Face às circunstâncias, se não tivesse tomado as decisões que tomou, já não se falaria do SNS porque teria entrado em colapso. Para já, consegui adiar um desfecho que parecia inevitável. Se tiver a motivação necessária, poderei concordar no final da legislatura que terá deixado um SNS mais resiliente. Falta a reforma hospitalar, os cuidados continuados e regular o papel dos privados.

Esteve na federação internacional de dentistas e lidera o CNOP. Que planos tem para o futuro?

Habituei-me a não fazer grandes planos. Tenho o trabalho na Ordem, exerço menos e tive de interromper quando estive em funções internacionais e andei por 40 países ao mesmo tempo que trabalhávamos a nova lei-quadro das ordens profissionais, em que conseguimos o consenso entre 16 ordens. Vejo-me como sempre vi, como português, portuense e médico dentista. **Como português, qual é o seu estado de espírito?**

Por detrás de uma crise vem a recuperação. Acho que é isso que temos pela frente, mesmo com um eventual programa cauteloso. Acho que a nossa principal crise foi não termos conseguido reposicionar-nos quando passámos a ser só este rectângulo. Se tivermos a capacidade na Europa e no mundo de reacender essa chama, aproveitando a relação com os PALOP e a diáspora, com certeza teremos toda a viabilidade.

Mas a ministra das Finanças dizia que não vamos voltar ao que era.

Como agnóstico, não comungo da perspectiva culpabilizante, além de que tenho a percepção, até pela experiência na federação, de que foi uma crise verdadeiramente global. Agora as crises servem para corrigir trajectórias e comportamentos e todos corrigimos algumas coisas. Se quem tem entre 20 e 50 anos estará muito marcado, para quem aí vem esta crise será uma coisa do passado. A vida é cíclica e a memória esbate-se. Não digo que vamos cometer os mesmos erros, mas vamos cometer outros e virão outras crises. Temos de pensar que não estamos na cauda da Europa mas na cara e aproveitar a posição privilegiada para seguir em frente.

o SNS. Podíamos até estar dispostos a tudo mas não temos recursos. Temos de tomar decisões e a sociedade tem de ter capacidade de participar na discussão. Aparentemente o doente tem direito ao melhor tratamento possível numa situação oncológica mas não é assim: as listas de espera existem, as pessoas nem sempre são convenientemente acompanhadas, há muitas que não se queixam. Temos de tomar

decisões em vez de nos refugiarmos em princípios políticos e filosóficos que todos aceitamos mas que na prática não estão a ser cumpridos.

Sendo o quarto ministro da Saúde da sua história como bastonário, como avalia Paulo Macedo?

No primeiro contacto pareceu-me alguém na defensiva diante de uma área que era nova para ele. Essa aspecto evitou erros

que vi outros cometerem por falarem de mais ou tomarem decisões sem estarem informados. Depois beneficiou de uma classificação por parte da opinião pública e da comunicação social que soube usar habilmente: a maioria das pessoas considera que não é um político mas um tecnocrata. Julgo que é exactamente o contrário. É um dos ministros com mais capacidade em termos políticos com quem



Orlando Monteiro Silva. Bastonário dos Dentistas em entrevista ao i. "As pessoas não querem saber se a saúde vem do público, privado ou social" // PÁGS. 24-25